

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 776

Data: 09.08.75

Pg.: 18

Kaigang poderão perder terras

Da Sucursal de
BRASILIA

O ministro Rangel Reis, do Interior, prometeu ontem ao deputado Eloy Lenzi (MDB-RS) que a Fundação Nacional do Índio estudará a possibilidade de devolver aos oito mil agricultores e às suas famílias as terras em que trabalhavam no interior gaúcho, e que são patrimônio dos índios kaigang. A devolução das áreas, localizadas no município de Nonai, estará condicionada, conforme advertiu o ministro, à comprovação de um excedente das terras de

uso normal daqueles indígenas.

Essas terras dos índios kaigang eram ocupadas por pequenos agricultores que, por determinação do Estatuto do Índio, que proíbe o arrendamento de terras indígenas, começaram a abandonar as áreas no começo do ano. No dia 31 de julho expirou o prazo final concedido pela Funai para que todas as famílias deixassem o território indígena, mas a má colheita do primeiro semestre, aliada ao agravamento do problema social dos agricultores, levou o Ministério do Interior a fazer um reestudo do problema.

Por outro lado o presidente da Funai, general Ismarth de Araujo Oliveira, informou ontem que seu delegado regional em Mato Grosso deverá chegar hoje a Brasília com um relatório sobre a situação das terras dos índios xavantes, ocupadas por fazendeiros. Essas terras deverão ser desapropriadas ainda este mês — quando os índios começam a fazer suas culturas — e para isso a Funai está aguardando apenas o relatório de sua delegacia regional e a liberação da verba de 15 milhões de cruzeiros para indenização dos agricultores.

Ainda ontem, o ministro Rangel Reis e o general Ismarth de Araujo Oliveira prometeram ao presidente da Cimento Cauê, de Minas Gerais, que estudarão a reivindicação do grupo empresarial, no sentido de que seja permitida a expansão de um empreendimento agro-pecuário que envolverá a utilização de terras indígenas. A Funai garantiu, no entanto, que os empresários somente serão atendidos se o projeto do grupo Cauê não representar qualquer prejuízo para os índios.

Ontem, o pastor adventista Manoel Moraes Filho chegou a Brasília para tentar, junto às autoridades da Funai, a legalização da posse da terra para os 700 posseiros que vivem com suas famílias — cerca de cinco mil pessoas — numa área de 3.870 hectares pertencentes aos índios guajara e timbiras, no Maranhão. O pastor informou que na última semana mais 80 famílias mudaram-se para a região, habitada por 600 índios.